

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Lula x Lira

O arcabouço fiscal será o primeiro grande projeto do governo para votação e, nesse sentido, tanto Lula quanto o comandante da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), encabeçam as negociações. O presidente da República tentará, ao máximo, evitar mudanças na proposta do governo. Lira tem dito que quer aprovar a proposta, mas tem um probleminha: ele dará respaldo ao que for produzido no Parlamento. A Lula, dizem alguns, restará pegar ou largar.

Brecha para dependência

Entre os ensaios para o arcabouço fiscal, algumas propostas permitiam processar o presidente por crime de responsabilidade, em caso de descumprimento do texto. Tem gente desconfiada de que será um penduricalho para deixar Lula mais dependente dos partidos de centro.

Enquanto isso, no MDB...

O governo está tão focado na discussão do arcabouço que arrisca deixar as medidas provisórias correrem soltas no Parlamento. Faltam 14 dias para votar, por exemplo, a reestruturação do governo. O relator é o líder do MDB na Câmara, Isinaldo Bulhões (AL), que fará diversas modificações na proposta. Sem dó.



... a ordem é cuidar dos seus

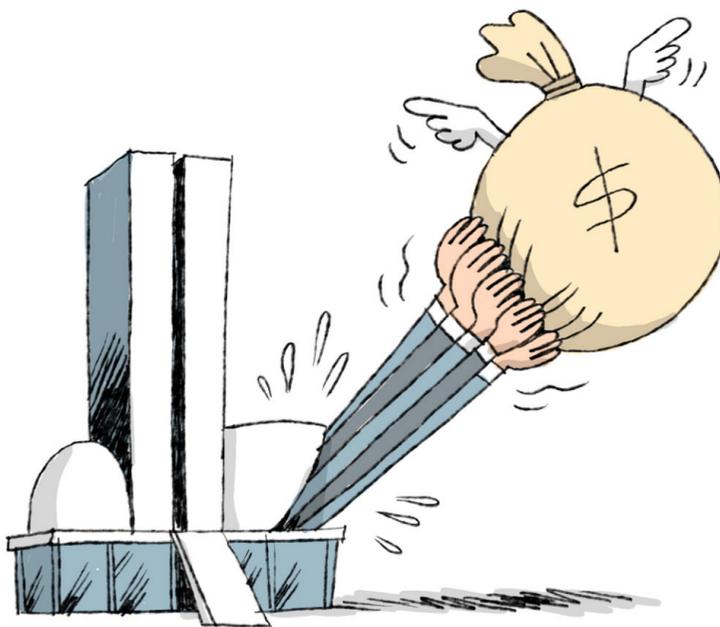
Quem tem acompanhado as discussões, considera que vem aí uma tentativa de repassar programas importantes, como o Parceria Público Privada para Investimentos (PPI), para a ministra do Planejamento, Simone Tebet (foto), que é do MDB.

O jeitinho para a volta da RP9

Um dos grandes embates no texto do arcabouço fiscal, além das punições em caso de não cumprimento da legislação, será a tentativa de setores do Congresso de fazer com que qualquer arrecadação extra tenha a sua aplicação decidida pelo Congresso. Na prática, é a vontade de parte do Poder Legislativo de retomar o poder sobre a parcela do Orçamento da União que não está diretamente relacionada às emendas individuais, de bancada e de comissões — justamente o quinhão que, no governo passado, era distribuído a título de emenda de relator. A dúvida era se isso estaria no relatório do deputado Claudio Cajado (PP-BA) ou seria apresentado como emenda por algum parlamentar do Centrão.

Por causa das punições ao Executivo e dessa abertura para retomada do poder do Congresso sobre uma parcela maior do Orçamento, o texto já vem sendo bombardeado pelo PT como um “texto do Centrão”. Só tem um probleminha: os petistas não conseguirão aprovar a proposta sozinhos e vão precisar dos partidos de centro. Tanto é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avisou que não quer dissidências em relação ao acordo que foi fechado para aprovar o arcabouço fiscal.

O problema é que o texto do relator será muito diferente do que foi apresentado pelo governo e, até aqui, os partidos mais à esquerda não têm base sólida para fazer o que querem. A queda de braço começa hoje.



CURTIDAS

Segura essa, Rui! Lá atrás, quando da formação do governo, o PPI estava projetado para o Planejamento ou para Indústria e Comércio, onde está o vice-presidente Geraldo Alckmin. O ministro Rui Costa conseguiu a transferência para a Casa Civil. Agora, arrisca perder.

O tempo é o senhor da razão! São em torno de três semanas para votar as medidas provisórias. Se demorar mais alguns dias, o governo terá que aceitar tudo do jeito que vier, para não comprometer o funcionamento do Poder Executivo.

E Bolsonaro, hein?! Vai negar tudo de que é acusado. Alguns aliados, porém, dizem que ele não poderá abandonar totalmente os antigos colaboradores, o ex-ministro da Justiça Anderson Torres e o ex-ajudante de ordens Mauro Cid.

A história ensina! Lá atrás, no auge da Lava-Jato, Lula praticamente abandonou o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci — que terminou prestando um depoimento acusando Lula e, hoje, é persona non grata no PT.

INVESTIGAÇÃO

Depoimento sob pressão

Bolsonaro volta à PF para falar sobre cartões de vacina, mas com o aumento da presença de Mauro Cid em vários episódios

» LUANA PATRIOLINO
» RAPHAEL FELICE



Essa transferência (de R\$ 600 mil) ocorreu de uma conta poupança que ele (Bolsonaro) tinha para outra, nos EUA, porque acredita que o atual governo não vai conduzir corretamente a economia"

Marcelo Bessa,
advogado de Bolsonaro

depoimento de hoje. A defesa de Bolsonaro foi reforçada depois de Mauro Cid dispensar o advogado Rodrigo Roca e contratar os defensores Bernardo Fernelon e Bruno Buonicore, considerados especialistas em delação premiada.

Segundo fontes, parte da família do tenente-coronel está convicta de que ele foi “abandonado” por Bolsonaro. Com isso, há preocupação com o que o militar falará no seu depoimento marcado quinta-feira. Mauro Cid está preso desde 3 de maio.

Dinheiro vivo

O depoimento do ex-presidente vem num momento em que uma nova frente de investigação se abre contra ele — sobre repasses financeiros feitos por Mauro Cid à ex-primeira-dama.

Ed Alves/CB/D.A Press



Ex-presidente depõe no momento em que vem à tona a conta no exterior e a atuação de Cid em questões financeiras

Por causa disso, os advogados de Bolsonaro convocaram a imprensa para falar sobre a troca de mensagens entre o tenente-coronel e duas assessoras de Michelle Bolsonaro.

Nas conversas, o militar determina que os gastos referentes à família Bolsonaro fossem feitos em dinheiro vivo. Os advogados também admitiram que o ex-presidente enviou cerca de R\$ 600 mil para uma conta no exterior.

“Essa transferência ocorreu de uma conta poupança que ele tinha para outra conta identificada em nome do presidente, também nos Estados Unidos. Fez isso porque acredita que o atual governo

não vai conduzir corretamente a economia e transferiu para outra conta nos Estados Unidos, aberta em dezembro. Todo o dinheiro foi transferido via Banco Central respeitando as questões legais”, disse o advogado Marcelo Bessa, na sede do Partido Liberal (PL).

Sobre os pagamentos em dinheiro vivo, Fabio Wajngarten, assessor de Bolsonaro, afirmou que eram aplicados em gastos corriqueiros, mas, também, para manter a segurança da família. Ele garantiu que todos os recursos saíram da conta pessoal do ex-presidente.

A defesa sustentou, ainda, que essas despesas eram

saldadas por Mauro Cid, que sacava os valores de um caixa eletrônico dentro do Palácio do Planalto. Segundo Wajngarten, toda a movimentação era realizada pelo tenente-coronel.

Bessa e Wajngarten foram questionados também sobre depósitos frequentes na conta de Rosimary Cardoso, amiga próxima de Michelle. O assessor afirmou que era porque a ex-primeira-dama não tinha “renda suficiente”. Questionado sobre o fato de Bolsonaro não ter feito um cartão de crédito para a mulher, o advogado justificou que ela teria dito que o ex-presidente era “pão duro”.

TSE julga Dallagnol

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) julga, hoje, um processo que questiona a elegibilidade do deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR), ex-coordenador da Operação Lava-Jato. A ação foi apresentada por partidos que argumentam que ele se enquadra na Lei da Ficha Limpa por ter deixado o Ministério Público Federal (MPF) respondendo a processos administrativos no Conselho Nacional do Ministério Público. A relatoria está a cargo do ministro Benedito Gonçalves.

Dallagnol decidiu partir para a vida política após denúncias de excessos na condução da Lava-Jato e da divulgação de conversas entre ele, o ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União Brasil-PR) e outros procuradores, que davam a entender que havia um conluio para a formulação da acusação. Os episódios foram trazidos à tona naquilo que ficou conhecido como “Escândalo da Vaza Jato”.

A coligação Brasil da Esperança (PT/PCdoB/PV) no Paraná e o Partido da Mobilização Nacional (PMN) argumentam que a Lei da Ficha Limpa proíbe magistrados e membros do MP de lançarem candidaturas se contra eles houver investigações disciplinares. Porém, o vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet, considerou “forçosa” a alegação do PMN de que Dallagnol seria inelegível deixar a carreira antes da conclusão de um processo interno. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná também rejeitou os pedidos para a inelegibilidade. (LP)